



Quinta-feira, 20 de setembro de 2007



## Correio Braziliense

### Fim da miséria só com mais R\$ 20,6 bilhões

Marcelo Tokarski

Para erradicar a miséria, que no ano passado atingia dois em cada 10 brasileiros — conforme o Correio antecipou em sua edição de ontem —, seriam necessários R\$ 20,6 bilhões. O montante, suficiente para aumentar a renda mensal média dos miseráveis em 63% e fazer com que eles ultrapassassem a linha que define a extrema pobreza (R\$ 125 por mês), equivale a 2,5 vezes o orçamento do Bolsa Família. Em 2007, o principal programa social do governo Lula destinará R\$ 8,6 bilhões a 11,1 milhões de famílias em todo o país. Se os R\$ 20,6 bilhões fossem divididos por todas as pessoas não-miseráveis, cada brasileiro precisaria desembolsar R\$ 11,62 por mês, ou 39 centavos por dia, para acabar com a miséria no país.

Carlos Vieira/CB - 7/7/06



*Cada R\$ 1 gasto em programas sociais reduz 2,5 vezes a pobreza*

Os cálculos são do economista Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), com base em dados da Pesquisa por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O estudo Miséria, desigualdade e políticas de renda: o Real do Lula mostra que o exército de miseráveis encolheu 15% no ano passado, um recorde histórico. O índice, que em 2005 estava em 22,77%, caiu para 19,31%. Se comparado aos 35,16% registrados em 1992, a redução é de 45% (veja quadro). Significa dizer que mais de 6 milhões de pessoas cruzaram a linha de miséria — segundo a FGV, os R\$ 125 são suficientes para comprar uma cesta de alimentos capaz de garantir a ingestão diária de 2.228 calorias, conforme preconizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Para o autor do estudo, a forte queda na miséria se deve aos aumentos reais concedidos ao salário mínimo, ao Bolsa Família e à melhora do mercado de trabalho. Segundo Marcelo Neri, cada R\$ 1 gasto com o programa social reduz 2,5 vezes mais pobreza do que R\$ 1 destinado ao aumento do salário mínimo. Embora afirme que o maior responsável pela melhora dos indicadores é mesmo o Bolsa Família, o economista

ressalta que o aumento na geração de empregos contribuiu muito. "Com mais empregos, a renda aumenta e ajuda a reduzir a pobreza. E é justamente esse fenômeno que vai sustentar uma melhora ainda mais sólida no futuro?, acredita.

Segundo Neri, a década de 1980 foi marcada pela democratização e a de 1990 pela estabilização monetária. "Os anos 2000 serão os da redução da desigualdade?, garante. Simulações feitas pela FGV mostram que, caso a renda per capita média do brasileiro cresça 3% neste ano, a miséria cairia dos atuais 19,31% para 18,06% da população, uma melhora de 6,5%. "Se o crescimento (da renda) fosse semelhante ao de 2006, de 9,1%, a taxa de miséria cairia para 16,57%, uma redução de 14,22%?, explicou Neri. Segundo ele, se nos próximos quatro anos a renda crescer em média 4% ao ano, a miséria cairá 28,21% no segundo mandato do presidente Lula, acima dos 27,7% registrados em seus primeiros quatro anos.

Ontem, durante um discurso para prefeitos e representantes de comunidades quilombolas e indígenas, Lula comemorou o comportamento dos indicadores socioeconômicos. Segundo ele, os resultados são fruto da política econômica. "Os números da Pnad que demonstram que a semente plantada e adubada dá resultado?, afirmou.

### **Disparidades**

Embora o país tenha melhorado na foto, o estudo da FGV mostra que o Brasil ainda tem um exército de 36,1 milhões de miseráveis, o equivalente a 19,31% da sua população. Os dados revelam também a continuidade das desigualdades regionais. No estado mais miserável do país, o indicador é mais de duas vezes superior ao nacional. Segundo o levantamento, em Alagoas 44,44% dos habitantes são considerados miseráveis. No Maranhão, são 44,23%. Na outra ponta, está o estado de Santa Catarina, com um índice quatro vezes inferior ao nacional: 4,68%. O Distrito Federal detém o quinto menor índice de miséria do país, com 11,8%.

Segundo estado mais miserável do país, o Maranhão foi o que registrou a menor recuperação no ano passado. O índice do estado recuou apenas 9,73%. Alagoas, o primeiro no ranking de pobreza, teve o segundo menor recuo (11,34%).

### **Distribuição de renda melhora**

Além de reduzir sensivelmente os índices de miséria, os reajustes concedidos ao salário mínimo e a expansão do Bolsa Família ajudaram a melhorar a má distribuição de renda do país no ano passado. De acordo com os cálculos da FGV, a participação dos 50% mais pobres no rendimento total da população cresceu 2,8% em 2006, enquanto os 10% mais ricos recuaram 1,3% (veja quadro). Nos últimos 15 anos, a fatia dos mais pobres na riqueza brasileira avançou 16%, enquanto os mais ricos perderam 5,7% dos rendimentos totais. "É uma redução nada desprezível na desigualdade, que caiu duas vezes mais do que em 2005?, afirmou o economista Marcelo Neri, autor do estudo.

Segundo ele, enquanto a renda média do brasileiro cresceu 9,1% no ano passado, a remuneração dos 50% mais pobres avançou 12% e a dos mais ricos, apenas 7,8%. Os 40% intermediários, que detêm 41% da renda do país, apresentaram alta de 9,66%. "Foi o melhor ano da década para todos os segmentos da distribuição de renda. O bolo

O menor ano da década para todos os segmentos da distribuição de renda. O bolo cresceu para todos, mas com mais fermento para a metade mais pobre da população?, reforçou. Apesar de mais bem distribuída, a riqueza nacional continua bastante concentrada. Os 50% mais pobres ficaram no ano passado com apenas 14,5% dos rendimentos, enquanto os 10% mais ricos embolsaram 44,5%.

Marcelo Neri também constatou que a renda média do brasileiro cresce mais em anos eleitorais, como foi 2006, para recuar no ano seguinte. Desde 1980, nos anos de eleição o crescimento médio foi de 12,52%, com uma queda média de 11,87% nos anos seguintes. Na mesma comparação, a miséria cai em 7,69% em anos eleitorais, para depois crescer 3,75% nos pós-eleição. "As políticas de renda são usadas em sintonia com o calendário eleitoral ?, definiu Neri. (MT)

---